

Ata n.º 20/2022

Reunião de Câmara realizada no 3 dia de outubro de 2022

Ao terceiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e dois, nesta Vila da Lousã, no Auditório da Biblioteca Municipal Comendador Montenegro, reuniu ordinariamente o Executivo Camarário com a presença do Senhor Presidente, Luís Miguel Correia Antunes, da Senhora Vice-Presidente, Henriqueta Cristina Ferreira da Silva Beato de Oliveira, dos Senhores Vereadores, João António Martins dos Santos, Ricardo Emanuel Soares Fernandes, Victor Eugénio das Neves Carvalho, Ana Paula Dias Neves Sançana e Alcindo José Gonçalves Quaresma. -----

Pelas dez horas, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, deu início aos trabalhos.-----

1 – Período antes da Ordem do Dia: -----

A Senhora Vereadora Ana Paula Sançana iniciou a sua intervenção, apresentando, em nome dos Vereadores do PSD, uma Moção, intitulada “Pelo reconhecimento do mérito escolar”, visando a criação do “*Prémio de Mérito Escolar de modo a reconhecer e estimular a excelência da nossa Comunidade Escolar; que este prémio distinga o mérito, desempenho, trabalho e os resultados escolares bem como a atitude e participação cívica, tendo em conta o esforço e dedicação dos alunos que a cada ano letivo mais se distinguirem; que os Serviços Municipais competentes deem continuidade à elaboração de uma proposta de Regulamento do Prémio de Mérito Escolar para que tão breve quanto possível o mesmo possa ser apreciado e votado neste Executivo, de modo a entrar em vigor já no presente ano letivo que agora se iniciou; que este Regulamento tenha em conta a realidade local do Concelho da Lousã, sendo rigoroso e detalhado na definição das regras de atribuição do Prémio e que esteja disponível a todas e a todos que o queiram consultar; que a este Prémio de Mérito Escolar possam e devam ter acesso todas e todos os alunos com residência permanente no Concelho que estudem num estabelecimento de ensino, público ou privado, com sede no Concelho da Lousã, sem excluir ninguém com base noutros critérios que não seja o mérito; que o Regulamento preveja a criação de um Júri com isenção reconhecida, com*

conhecimento e experiência na área de modo a garantir um trabalho rigoroso; que o Prémio de Mérito Escolar se possa traduzir em valores pecuniários a definir e a atribuir pelo Município, em montantes que sejam suficientemente motivadores e justos; que o referido Regulamento tenha em conta as Leis Habilitantes nomeadamente, entre outras aplicáveis, a Constituição da República Portuguesa, o Regime Jurídico das Autarquias Locais e a Lei n.º 51/2012 de 5 de Setembro.” O documento, que se dá por integralmente reproduzido, fica arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 1). -----

Em sede de discussão, a **Senhora Vice-Presidente** apresentou as diligências desenvolvidas pela Autarquia nesta matéria, nomeadamente pelos Serviços Municipais e em articulação com o Agrupamento de Escolas, em particular no que diz respeito ao instrumento regulador da iniciativa. -----

Concluindo, o **Senhor Presidente** refere que em teoria e face à sua intenção, não existir nada contra a moção apresentada, porém afirmando que carece de afinação ou reformulação em alguns aspetos, nomeadamente no já referido quanto às diligências desenvolvidas pela Autarquia nesta matéria, para sua aprovação, colocando tal à consideração, o que se logrou alcançar. -----

Colocada à discussão e votação, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

Interveio o **Senhor Vereador Victor Carvalho**, que apresentou, também em nome dos Vereadores do PSD, uma Recomendação, intitulada “Autoconsumo Coletivo e Comunidades de Energia” visando *avaliar a possibilidade da criação de uma comunidade energética que envolva todos os edifícios e infraestruturas públicas e a avaliação da possibilidade da criação de comunidades energéticas que possam envolver agentes económicos ou mesmo a sociedade civil.* Procedeu à leitura do documento, que se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 2). -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento da recomendação apresentada. -----

A **Senhora Vice-Presidente** usou da palavra para dar nota da atividade que continua a decorrer e que decorreu no fim de semana passado, referindo-se ao evento *Mestres a Chefs* na Cerdeira, atividade cultural e turística, que contou com o apoio do Município, à programação do Museu do Circo, que contou, com muito agrado, com um público com muitas crianças, e à programação em parceria com a

CIM, bem como a prestação referenciada do Coro *Lausus*. Referiu também, relativamente a este fim de semana que se assinalou o Dia do Idoso, tendo, em dois dias, decorrido atividades ligadas à atividade física, atividade cultural, dança, música no Parque de Exposições (no dia 31) e também com o lançamento de um livro de recolha de testemunhos, intitulado “Histórias Sem Idade” (no dia 2). Referiu ainda, que o Município da Lousã integra o projeto *Playful Paradigm*, que é um projeto europeu ligado ao brincar, e que, nesse âmbito, tem participado em sessões nas cinco cidades associadas, de diferentes países. Mais informou que, no desenvolvimento deste projeto, o Município recebeu nos dias 28, 29 e 30 do passado mês, as equipas de vários países que, durante estes dias, visitaram e conheceram os projetos ligados a esta lógica e a este paradigma lúdico que a Lousã partilhou como boas práticas e que foram muito, muito bem acolhidas pelo grupo que nos visitou. Referenciou ainda que, o projeto em causa pretende, de facto, ter uma intervenção na mudança do paradigma das localidades, que, neste caso, especificamente ligado à possibilidade de as cidades serem espaços lúdicos para todas as idades e de terem ações que permitam às pessoas, uma interação diferente. Finalmente, referiu também que, numa parceria entre o Município e o INATEL, tem estado a decorrer, ao longo do último mês e meio, como também foi assinalado no Telejornal, o Dia Mundial da Música, tendo sido realizados concertos para assinalar essa efeméride. -----

O **Senhor Vereador Victor Carvalho** interveio para colocar algumas questões, relativamente ao Parque Urbano, pois tem neste momento uma placa de parques para caravanismo, sem ter as infraestruturas necessárias à sua prática. Questionou ainda, já que se consegue começar a regular de certa forma, onde esse tipo de viaturas pode, pelo menos descansar, passar uma noite, etc, se naquele parque, que já começa a ter algum movimento, poderiam ser previstos wc's, existindo um edifício ao lado do Centro de Saúde que não sabe se poderia ter essa valência. Prosseguiu, perguntando também, uma vez que o Senhor Presidente mencionou na última Assembleia Municipal que a apresentação da candidatura para as obras de requalificação da Escola Secundária da Lousã estariam já em curso, mas, porém, ao consultar a base.gov fica baralhado porque, o que verifica, é que a adjudicação do projeto foi a 16 de setembro, com prazo de execução de 90 dias, o que nos remete

para o último mês do ano. Solicitou ainda informação se será a Câmara a suportar este custo adicional de algumas das obras a incluir no novo projeto, que não estavam previstas no projeto inicialmente elaborado, salvo erro, pela DGesT. Questionou ainda se, estando-se a avançar com um novo projeto, que diz que tem um prazo de execução de 90 dias, não se compromete realmente o início do procedimento de contratação da empreitada, que está previsto abrir entretanto. Continuou referindo-se, à publicidade e aos *outdoors*, apresentando a sua visão de forma muito simples, pois a entrada da Lousã, na rotunda do Freixo, não está bem, e que, provavelmente, o que está, não é taxado, e entende não ser perceptível de quem é a competência, se das Infraestruturas de Portugal ou do Município. Prosseguiu recomendando, que em seu entendimento, entende que a quantidade é excessiva e que no mandato passado, foi criado o regulamento para a publicidade e para ordenar a quantidade de *outdoors* também daquele espaço que, nem do ponto de vista do impacto visual, nem do ponto de vista da comunicação funciona porque se tem ali, se calhar perto uma dezena de *outdoors*. Mais recomendou que, no seu entendimento, deveriam todos ser retirados, sem exceção, porque o que está não dignifica a entrada da Vila (as pessoas deparam-se com uma salganhada de publicidade) e os agentes económicos e os agentes publicitários da Lousã terão de encontrar outra localização para o efeito. Continuou dando nota ao Senhor Presidente que está em falta alguma informação entretanto pedida, nomeadamente, sobre os passadiços (estudo geológico) e também o processo de aquisição das obras das cópias das obras de Carlos Reis. Concluiu, referenciando o e-mail recebido por todos, nessa mesma manhã, sobre o loteamento da Quinta das Nogueiras, deixando ao cuidado algum esclarecimento que possa ser dado, porque embora não esteja integralmente por dentro deste assunto, verifica a advertência de que há possibilidade de ser lançada uma providência cautelar, o que o preocupa, também por poder atrasar ali o contexto das obras. -----

A Senhora Vereadora Ana Paula Sançana usou da palavra para dar nota de duas questões que têm a ver com informação solicitada e da forma como o executivo se pode relacionar. Referiu que solicitou, entretanto, uma informação ao Senhor Presidente, que primeiro havia solicitado à Senhora Secretária do Gabinete de Apoio à Vereação, da qual lhe foi indicado que o pedido deveria ser dirigido ao

Senhor Presidente. Informou que entende que, uma semana para lhe ser enviada a documentação que já tinha ido à reunião da Câmara Municipal, foi tempo demais, para uma coisa que já lhe havia sido enviada (mas como foi por *wetransfer*, perdeu os dados). Prosseguiu, referindo algo que também lhe custou, por entender que os Vereadores do PSD têm tido uma relação colaborante, e sempre no interesse maior do Concelho, pese embora as divergências político-partidárias, e que se prende com a grande preocupação no que diz respeito a vários temas e, nomeadamente, a saúde. Referiu que os Vereadores do PSD souberam da adjudicação do projeto de ampliação do edifício do Centro de Saúde pela comunicação social, ou seja, que o jornal teve acesso a mais informação do que as pessoas que também compõem o Executivo Municipal. Prosseguiu referindo que a situação é desnecessária e grave pois esta informação é relevante, e portanto, faz parte daquela informação que os vereadores devem ter acesso, e não será pelo jornal. Concluiu referindo que, esta nota serve para que, de futuro, questões relevantes, ainda para mais desta natureza, como saúde e educação, sejam dadas a conhecer de outra forma. -----

O **Senhor Vereador João Santos** usou da palavra para muito rapidamente passar em revista as atividades da última quinzena, nomeadamente das atividades relacionadas com a Semana Europeia da Mobilidade, onde se promoveu uma iniciativa que juntou cerca de 50 pessoas, que contou com a presença de atletas do Concelho que se associaram a esta iniciativa, atletas com várias dimensões e com vários prémios obtidos, destacando que foi um excelente momento de convívio, de uma forma também simples, mas bastante simbólica, de assinalar esta semana. Já no âmbito da Semana Europeia do Desporto, destacou as várias atividades e as parcerias que existiram, nomeadamente, com os clubes, mas também as outras atividades que foram promovidas e que tiveram participação relevante, sendo um bom exemplo deste envolvimento o Encontro de Gerações que decorreu no Parque Urbano, e que juntou também largas centenas de pessoas, durante uma manhã de domingo, em que foi possível colocar as famílias e as pessoas mais velhas num verdadeiro encontro de gerações que era esse o objetivo. Deu também nota do início das inscrições para o projeto Lousã a Mexer + que estão a decorrer a bom ritmo, sendo que este projeto é destinado a pessoas

com 65 ou mais anos e teve no ano passado um universo de cerca de 200 utentes nas várias atividades e permite que as pessoas possam fazer todos os dias da semana uma atividade diferente, pagando o valor simbólico de 3€ por mês. Numa outra área, mas também exemplo desta dinamização da sociedade, referiu a realização, em parceria com a Associação Empresarial da Serra da Lousã, do *Lousã Outlet*. Informou que o resultado foi bastante positivo e que existe vontade e intenção, entre o Município e a Associação Empresarial, de realizar este evento duas vezes ao ano, ou seja, sempre no fim de coleção (outono-inverno e primavera-verão), fazer estes momentos para que possa haver um momento de maior exposição destes estabelecimentos e também ao mesmo tempo, criar alguma dinâmica neste tipo de comércio. Prosseguiu, referindo a intenção de apresentar na próxima reunião, três votos de reconhecimento na área do desporto, nomeadamente o Francisco Gonçalves no badminton, na área do ténis de mesa e na área do desporto escolar e um aluno, Guilherme Francisco Nogueira, que participou no que é denominado um grupo equipa, ou seja, uma junção entre dois agrupamentos, neste caso com os agrupamento de Vila Nova de Poiares e que se sagrou Campeão Regional de Ténis de Mesa e também as equipas de voleibol que mais uma vez tiveram uma prestação muito positiva. Continuou dando algumas informações relativamente à questão energética e também ao parque urbano, porque é um facto que se tem vindo a falar sobre este assunto que é preocupante. Informou o trabalho está a ser desenvolvido, nomeadamente, a questão da comunidade energética renovável (CER), da qual se tem já um estudo de viabilidade que foi elaborado no âmbito dos 19 municípios. Mais informou que esse estudo, depois de finalizado poderá ser partilhado, e que os dois quilómetros referido pelo Senhor Vereador são sempre relativos e que é uma questão muito técnica (há uns que dizem poder ser três quilómetros, quatro quilómetros). Ainda relativamente às CER informou que primeira proposta que está em análise tem o envolvimento dos privados, fazendo eles parte dessa comunidade. Informou que este trabalho de cerca de um ano também não tem sido fácil por questões de um vazio legislativo, que apenas agora foi colmatado com a publicação, em 9 de setembro, da Portaria 671/2022, que veio definir algumas regras e trazer alguma clareza a este processo que ainda gera algumas dúvidas e algumas incertezas, mas

que é importantíssimo e que é essencial. Para além disso, informou ainda que o Município já participou em várias reuniões com a ADENE, para que houvesse um esclarecimento de como se poderiam criar estas CER e como é que se relacionam depois com os seus associados. Ainda neste âmbito, informou que também se está a implementar já há algum tempo, mas agora reforçadas, porque foi esta a comunicação do Governo e do Ministério do Ambiente, as medidas do Plano Poupança para a Energia. Mais informou que, o conjunto dos municípios da CIM-RC já haviam definido um plano de ação, sendo que cada um já tinha começado com medidas simples, não só na energia, mas também na água, desde a substituição de lâmpadas à questão dos temporizadores ou a questão iluminação pública e da energia dos equipamentos municipais. Referiu que na última reunião se falou da questão das mudanças para o LED que, independentemente da cor, é um processo que está a decorrer e, relativamente ao qual, tem sido feita bastante pressão junto da E-redes. Acrescentou que, nomeadamente, no que a iluminação pública respeita, estão ainda a ser estudadas algumas situações, desde a regulação dos horários, ajustes que já detetámos a algumas situações menos positivas que também já se comunicou à E-Redes e que estão a ser trabalhadas, como horários de ligar e desligar e os horários que têm sempre algum desfasamento o que se compreende, especialmente nesta altura do ano, dado o anoitecer ocorrer a horas diferentes. Informou ainda que se está a trabalhar na elaboração do próprio plano interno, e que, conjugando todas estas medidas, que não serão suficientes para responder à dimensão do problema, mas que no somatório significarão, sem dúvida alguma poupança. Relativamente à questão do parque urbano, informou que foi ali criada uma denominada Área de Serviço de Autocaravanas, permitindo, nesta fase, e não obstante se poder evoluir, até fruto da legislação que entretanto já foi outra vez alterada, existir um sítio para parar – recordando que até há muito pouco tempo não era permitido estacionar nem pernoitar dentro dos centros urbanos ou fóra das áreas definidas. Informou que, no que respeita esta questão do autocaravanismo, existe um percurso a percorrer, mas que se tem recolhido alguns contributos interessantes com o intuito sempre de criar as melhores condições possíveis para que as pessoas fiquem. Sobre a questão dos *outdoors*, informou que é uma situação já referenciada pelo Executivo, que houve uma série

de vicissitudes – depois da criação do próprio regulamento e do ajuste do mesmo, entrou-se numa pandemia – e entendeu-se que não se deveriam penalizar as empresas. Mais referiu que esta questão não se prende apenas com a rotunda da entrada da Vila, mas também com outros que estão inclusive dentro de terrenos privados. Deu conta da intenção de resolver a situação, mas que tal poderá passar por definir algumas localizações alternativas e, não necessariamente pela retirada de todos os *outdoors*. -----

O **Senhor Presidente** usou da palavra para esclarecer, relativamente à Escola Secundária, que não há qualquer problema relativamente ao trabalho a desenvolver e a sua compatibilização com o aviso. De facto, aquilo que está em causa é, digamos assim, a reformulação e adaptação do projeto a novas possibilidades face àquilo que o novo aviso, já no quadro Portugal 2030, permitirá e, portanto, como já teve oportunidade de referir oportunamente, o aviso através do qual se havia elaborado a candidatura era um aviso mais restritivo em termos daquilo que são, desde logo os custos padrão, as capitações disponíveis, os valores que podem ser usados em determinados fins, tudo em função do valor global do próprio projeto/candidatura. Informou que, neste momento, essas condições são diferentes e, portanto, em função dessas diferentes condições, essa nova configuração do projeto dará origem a essa nova candidatura. Informou que se continua a ter como boa, a informação de que até ao final do ano essa nova candidatura poderá ser possível, estando reunidas as condições, nestes próximos dias, de se fazer a validação daquilo que será a configuração final. Sobre os *outdoors* apenas acrescentou ao já referido que se pretende que a situação seja resolvida no mais curto espaço de tempo, tendo em atenção os vários fatores que já foram referidos. Relativamente aquilo que foi referido sobre as CER, acrescentou que, para além do estudo dos edifícios municipais – edifícios, espaços e equipamentos municipais – há também um levantamento daquilo que é o potencial de utilização de outras instalações, nomeadamente ao nível empresarial e com foco particular naquilo que é a Zona Industrial do Alto do Padrão, ressaltando a importância de verificar se a própria estrutura dos telhados tem as condições para poderem ser instalados os painéis. Referiu que a linha do Banco Europeu de Investimento (BEI), de acordo com aquilo que está estipulado até ao momento, não financia este tipo de

operações, participando a parte não financiada dos projetos candidatos a fundos comunitários. Relativamente ao e-mail rececionado informou que foi solicitado aos serviços a sua verificação, referindo, do que conhece do processo que essas áreas de cedência do loteamento estão perfeitamente compatíveis com as áreas de intervenção da operação. Prosseguindo referindo que, quanto ao edifício do Centro de Saúde, não houve qualquer objetivo de sonegar informação, que o procedimento foi agora e, portanto, ainda estaria em tempo se não fosse essa divulgação, mas o Jornal Trevim solicitou informação e a mesma foi fornecida. Informou que, conforme já transmitido anteriormente, o intuito da elaboração do referido projeto é posicionar a possibilidade de execução do segundo edifício para apresentação de candidatura a financiamento comunitário e que, ainda que não concordando com o princípio (do Município financiar), assumiu esse custo pelo motivo apresentado. Relativamente a este segundo edifício, informou, conforme também já havia referido na passada na Assembleia Municipal, que o seu objetivo é complementar aquilo que são as necessidades espaciais das duas unidades que prestam serviço à comunidade, mas também a unidade de saúde pública, que ali prestam cuidados, ficando assim melhor capacitadas. Acrescentou que o mesmo se passa na educação, com o projeto da Escola Secundária da Lousã, e que em ambos os casos se perspetiva que os projetos são elegíveis a financiamento. Por fim, no que se refere à energia, informou que esta nova configuração do projeto da Escola Secundária também trará uma melhor resposta, por exemplo, no que respeita à própria Piscina Municipal.-----

2 - Ordem do Dia:-----

2.1 - Leitura e aprovação da Ata da Reunião de Câmara realizada no dia 19 de setembro de 2022. -----

Colocada à votação dos membros do Executivo Municipal presentes, nos termos do nº 2 do artigo 57º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade, aprovar a Ata da Reunião de Câmara realizada no dia dezanove do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois. -----

2.2 - Propostas do Senhor Presidente da Câmara: -----

2.2.1- O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a ratificação da adenda ao contrato referente ao procedimento de contratação pública para fornecimento diário de refeições em refeitórios escolares das escolas do 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, do ensino secundário e jardins de infância do Concelho da Lousã para o ano letivo 2022/2023.-----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade e em minuta, aprovar a ratificação da adenda ao contrato referente ao procedimento de contratação pública para fornecimento diário de refeições em refeitórios escolares das escolas do 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, do ensino secundário e jardins de infância do Concelho da Lousã para o ano letivo 2022/2023. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, para todos os efeitos e se junta à presente ata, dela fazendo parte integrante como documento anexo, sob o número três. -----

2.2.2- O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal que delibere sobre o pedido de alargamento de horário do estabelecimento “Spot24”. -----

O Senhor Vereador Victor Carvalho interveio começando por referir que a documentação enviada é insuficiente, reforçando a solicitação anterior referente ao resultado da discussão pública da alteração ao sobredito Regulamento. Prosseguiu, referindo que mudar as regras a meio do jogo, quando a pessoa já está estabelecida, poderá ter impactos graves na perspetiva de negócio que devem ser considerados. Mais referiu que, do que chega, não consegue perceber o que é que motiva este novo pedido, dado que o Regulamento foi alterado, foi aprovado, e está em vigor já. Acrescentou que verifica informação sobre os pareceres das associações de moradores dos prédios e da Junta de Freguesia. Por outro lado, referiu que na resposta que veio da Câmara, refere um parecer técnico, pedindo mais esclarecimentos sobre este ponto de forma a permitir tomar posição. Referiu que entende que se estão a defraudar expectativas aos empresários, dado que no momento da abertura do estabelecimento o regulamento não existia e a lei geral permitia que tivesse o horário das 24h e o que sucedeu é que não se estava preparado para este tipo de negócios (havia um vazio no regulamento municipal), pelo que julga que se deveria tentar encontrar uma solução mista em que nalguns dias fosse permitido um horário mais alargado, porque, pelo que se percebeu da última discussão, o maior problema decorre às sexta feiras e fins de semana em

que se verifica mais barulho. Entende que se está a condicionar um negócio que não é rentável com o horário estabelecido, e se está a matar este investimento realizado no Concelho e que se deveria chegar aqui a um consenso, quer com os moradores, quer com o empresário, para permitir que ele continuasse a tentar laborar até pela rentabilidade do investimento que fez. Finalizou a sua intervenção indicando que o sentido de voto dos Vereadores do PSD será abstenção, por se entendemos que não se pode prejudicar uns em detrimento de outros. -----

O **Senhor Vereador Ricardo Fernandes** interveio para esclarecer que este pedido de alargamento é submetido à Câmara Municipal para dar cumprimento justamente ao Regulamento aprovado, ou seja, que o que está em causa é que o Regulamento em vigor prevê a possibilidade de pedido de alargamento de horário. Mais referiu que relativamente a esse pedido apresentado, foi elaborada a informação técnica que indica que o sentido da pronúncia das partes que obrigatoriamente teriam que ser ouvidas é desfavorável ao alargamento do horário e, portanto a Câmara Municipal terá que se pronunciar. -----

O **Senhor Presidente** indicou que de acordo com aquilo que está aqui documentado, para além da informação das taxas e licenças, da Chefe da Divisão de Administração e Finanças que tutela este serviço, sendo o sentido das pronúncias de discordância do alargamento do horário requerido e, como tal, estas pronúncias são o elemento que está subjacente à possibilidade ou não do alargamento, a proposta vai no sentido de que não seja aceite este alargamento em função de estas pronúncias serem contrárias. Prosseguiu dizendo que de acordo com aquilo que consta, para efeitos de cumprimento do disposto naquele número 2 do Regulamento, o Município solicitou a pronúncia dos condomínios do edifício do estabelecimento número 12 e dos edifícios contíguos número 2 e 10, da Junta de Freguesia da União das Freguesias da Lousã e Vilarinho. Verifica-se que o que está aqui em apreço, portanto, é que é um processo longo. Sendo que a informação disponibilizada também evidencia isto de acordo com aquilo que o Senhor Vereador Ricardo Fernandes também já referiu. Sendo este um pedido que se enquadra no Regulamento aprovado, de acordo com aquilo que está estabelecido processualmente, foram consultadas as entidades e, portanto, as pronúncias são as agora apresentadas, no sentido de não aceitação do alargamento do horário

requerido. Mais informou que existiu anteriormente um trabalho/diligências de tentativa de conciliação entre os moradores e o proprietário sem sucesso. -----

A Câmara Municipal deliberou por maioria com três abstenções não autorizar o pedido de alargamento de horário do estabelecimento “Spot24”. A deliberação foi aprovada em minuta. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, para todos os efeitos e se junta à presente ata, dela fazendo parte integrante como documento anexo, sob o número quatro. -----

2.3 – Propostas do Senhor Presidente da Câmara: -----

2.3.1- O Senhor Presidente e a Senhora Vice-Presidente propõem à Câmara Municipal a atribuição de apoio financeiro ao Clube Recreativo Vilarinhense para a realização da 35.ª edição do almoço/convívio da terceira idade da extinta Freguesia de Vilarinho, no montante de 400,00€ . -----

O Senhor Vereador Victor Carvalho interveio para lamentar, não sabendo se houve algum convite relativo ao evento, se foi personalizado ou endereçado ao executivo, lamentando que não tenha sido dado conhecimento. -----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade e em minuta, aprovar a atribuição de apoio financeiro ao Clube Recreativo Vilarinhense para a realização da 35.ª edição do almoço/convívio da terceira idade da extinta Freguesia de Vilarinho, no montante de 400,00€ . Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, para todos os efeitos e se junta à presente ata, dela fazendo parte integrante como documento anexo, sob o número cinco. -----

2.4 – Propostas da Senhora Vice-Presidente: -----

2.4.1 – A Senhora Vice-Presidente propõe a Câmara Municipal a ratificação dos apoios concedidos no mês de setembro de 2022, no âmbito das Medidas de Apoio Pontual a Situações de Emergência Social. -----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, ratificar os apoios concedidos no mês de setembro de 2022, no âmbito das Medidas de Apoio Pontual a Situações de Emergência Social. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, para todos os efeitos e se junta à presente ata, dela fazendo parte integrante como documento anexo, sob o número seis. -----

3 – Público: -----

Foi regularmente apresentado o pedido de inscrição, nos termos do formulário anexo, encontrando-se inscritos para intervenção no período destinado ao Público, os cidadãos Manuel Peneda, Luís Correia, Manuel Amaral e José Pereira. Por razões de proteção de dados pessoais no âmbito do RGPD – Regulamento Geral de Proteção de Dados, não são mencionados mais elementos identificativos das intervenientes, nesta reunião pública do Executivo Municipal.-----

1. O Senhor **Manuel Peneda** usou da palavra para indicar que no âmbito das obras levadas a cabo pela APIN, na Av. D. Manuel I e Póvoa da Lousã, foram provocados danos em algumas oliveiras e também provocada a oclusão de uma serventia, pelo que indaga da possibilidade de ser compensado a título de indemnização. - -----

O **Senhor Presidente** tomou nota da situação reportada e informou o munícipe que iria fazer o encaminhamento à APIN. -----

2. O Senhor **Luís Correia** interveio apenas para sinalizar que se encontrava em situação semelhante à anteriormente exposta, demonstrando interesse em, caso seja possível, obter igual ressarcimento. - -----

O **Senhor Presidente** tomou igualmente nota do exposto. -----

3. O Senhor **Manuel Amaral** usou da palavra para solicitar esclarecimentos relativamente ao ponto de situação sobre o alcatrão arrancado junto ao estacionamento junto à Capela dos Pegos; agradeceu as diligências desenvolvidas no que diz respeito à paragem; perguntou ainda acerca da possibilidade de alargamento da passagem estreita no centro do lugar, indicando a oportunidade de ali se construir passeio e muro de suporte; por fim, quanto ao nó dos Pegos, solicitou atualização das informações. - -----

O **Senhor Presidente** esclareceu, por ordem inversa, que a primeira versão do dito projeto foi já encaminhada à tutela para contributos, que o alargamento carece da contratação de serviços e que tal ainda não foi possível devido à expressão significativa dos custos, e relativamente à questão do estacionamento deu conta de uma informação da Divisão de Obras que indica que a entidade competente para pronuncia em matéria de caminhos vicinais é a junta de freguesia, pelo que será feito esse encaminhamento, aguardando assim nova informação desta entidade. -

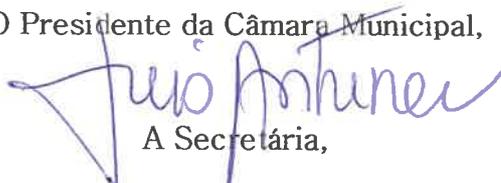
O **Senhor Vereador Ricardo Fernandes** usou da palavra para prestar mais alguns esclarecimentos acerca da competência em matéria de indicação dos caminhos vicinais. -----

4. O Senhor **José Pereira** usou da palavra para reportar alguma acumulação de biomassa em virtude de corte de ramagem e assinalar a importância da limpeza dos regadios para evitar entupimentos dado que após as primeiras chuvas já se verificou impacto ao nível da estrada e inclusive em caves. Na sua intervenção aproveitou ainda para questionar sobre a cadastração de artigos na zona de Porto da Pedra. - -----

O **Senhor Presidente** usou da palavra para esclarecer que relativamente à manutenção do regadio, tal é competência de uma comissão de regantes do lugar, a criar, apresentando a disponibilidade do Município para o acompanhamento desses trabalhos, em articulação com a Junta de Freguesia. Relativamente à segunda questão, informou que se encontra a decorrer o processo de cadastro, através do BUPI, podendo este atendimento ser feito no edifício onde se encontra em funcionamento a DUECEIRA. -----

Nada mais havendo a tratar às quinze horas e vinte e cinco minutos, o Senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião de que foi lavrada a presente ata que vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luís Miguel Correia Antunes, e por Margarida Fontes Correia, na qualidade de Secretária (em substituição). -----

O Presidente da Câmara Municipal,



A Secretária,

